

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE PONTE NOVE – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: ÂNGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO



Lei de Criação: Lei 6.563 de 19/09/1978

Data da instalação: 06/04/1979

Jurisdição: Ponte Nova, Abre Campo, Amparo da Serra, Araponga, Barra Longa, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Pedra Bonita, Piedade de Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, Sem-Peixe e Urucânia.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 07/12/2011, p. 3/4.

ATA DE CORREIÇÃO

Às 9h20min do dia doze de dezembro de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Luiz Otávio Linhares Renault**, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Ponte Nova, situada na avenida Ernesto Trivelatto, 210 – Triângulo, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Ana Carolina Simões Silveira**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Aparecida de Cássia Soares Gomes (**servidora mais antiga do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 29/07/1987**); pelos servidores Ana Lúcia Rodrigues, Cristina Maria Rocha Gonçalves, Franciara Moreira Pinheiro, José Rodrigues Ferreira, Joseana Pimentel Netto da Cunha, Késsia Leles de Rezende, Luciana Drumond Larica, Marcelo Resende Guimarães, Mariza Aparecida de Carvalho, Ricardo Luís Oliveira Tupy e Rose Graciano da Silva Storch; pelas estagiárias Jordana Elisa Almeida Castro e Nara Araújo Gomes Castro e por Esmeralda de Souza Fialho, funcionária da FENEIS. Ausentes a MM. Juíza Titular, Dra. **Ângela Castilho Rogedo Ribeiro**, em férias regulamentares e as servidoras Cecília Penna Silva, em licença médica e Gláucia Soares Tostes, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 929 (novecentos e vinte e nove) processos distribuídos até o dia 09/12/2011, apurando-se a média de 4,22 (quatro vírgula vinte e dois) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 12/12/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) **rito sumaríssimo**: 17/01/2012;
- b) **rito ordinário**: 18/01/2012;
- c) **instrução**: 24/01/2012.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 105 (cento e cinco) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 81 (oitenta e uma) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 348 (trezentas e quarenta e oito) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 268 (duzentas e sessenta e oito) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 142 (cento e quarenta e dois) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 99 (noventa e nove) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 7 (sete) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 24 (vinte e quatro) autos de processos com carga, todos no prazo.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 13 (treze) autos de processos com carga, das quais 1 (uma) vencida, porém com dilação do prazo deferida.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 1449 (mil quatrocentos e quarenta e nove) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 59 (cinquenta e nove) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 7 (sete) autos de processos com carga para a Contadoria, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 703 (setecentos e três) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 466 (quatrocentos e sessenta e seis) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 119 (cento e dezenove) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) 108 (cento e oito) processos arquivados provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) 10 (dez) execuções de contribuições previdenciárias, inseridas no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de novembro de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 587 (quinhentos e oitenta e sete), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 1 (uma)

ação relativa à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 13/12/2011 havia 15 (quinze) processos:

- a) **rito sumaríssimo**: 3 (três) processos;
- b) **rito ordinário**: 4 (quatro) processos;
- c) **instrução**: 3 (três) processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução**: 5 (cinco) processos.

Foram examinados os autos dos processos 00922/11, 00918/11, 00920/11, 00892/11, 00941/11, 00963/10, 00934/11, 00891/11, 00780/11 e 00813/11, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00963/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 42 (mais de 90 dias) e f. 57 (mais de 10 dias);

- 00891/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 61 (mais de 10 dias).

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 00928/11, 00926/11, 00929/11, 00930/11, 00931/11, 90087/11, 00838/11, 90048/11, 90050/10 e 00925/11 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 90048/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 25 (mais de 10 dias);
- 90050/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 55 (mais de 20 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 00458/11, 00352/11, 00652/10, 00749/11, 00512/11, 00511/11, 00125/11, 00236/11, 00135/11 e 00460/11.

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00458/11: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);
- 00352/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 133 (mais de 10 dias);
- 00652/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 30 (mais de 60 dias);
- 00125/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 60, 83 e 86 (mais de 10 dias);
- 00236/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 240 (mais de 10 dias);
- 00135/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 43 (mais de 30 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 00779/10, 00684/11, 00676/11, 00653/10, 00250/11, 00655/11, 00997/10, 00936/10, 00317/10 e 00459/10 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de

sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT; cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00779/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 96/97 (mais de 10 dias);
- 00653/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 26 (mais de 60 dias);
- 00250/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 48 (mais de 10 dias);
- 00997/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 61v, 62 e 63 (mais de 10 dias) e impulso oficial – f. 64 e 66 (mais de 10 dias) e f. 67 (mais de 30 dias);
- 00936/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 21 (mais de 10 dias);
- 00317/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – f. 120 (mais de 10 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 39 (trinta e nove) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos dos processos 00866/11, 00667/11, 00872/11, 00762/11, 00626/11, 00805/11, 00771/11, 00732/11, 00894/11 e 00764/11 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 00497/11, 00777/11, 00840/11, 00848/11, 00779/11, 00784/11, 00688/11, 00694/11, 00217/11 e 01062/10.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00694/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (19 dias);

- 01062/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 145 (mais de 10 dias).

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há neste ano de 2011, até a presente data, inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (uma) ação civil pública, até a presente data, em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 00863/11, 00876/11, 00827/11, 00662/11, 00857/11, 00820/11, 00699/11, 00686/11, 00860/11 e 00893/11.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00699/11: processo submetido ao rito sumaríssimo com prazo superior a 15 dias para designação de audiência (18 dias).

Recomenda-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 00299/11, 00605/11, 01079/10, 01026/10, 00152/11, 00628/11, 00607/11, 00715/11, 00582/11 e 00501/11.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00582/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 22 (mais de 10 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, não há precatório expedido no ano em curso, até a presente data.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 13/12/2011:

- a) **rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;
- b) **rito ordinário:** 25 (vinte e cinco) dias;
- c) **instrução:** 73 (setenta e três) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado e consultado o mapa de audiências de instrução do MM. Juiz no dia 12/12/2011, desprezando o recesso legal (20/12/2011 a 06/01/2012 – Lei 5.010/66) e a suspensão dos prazos determinada pela Resolução Administrativa 143/2011 (17/12/2011 a 19/12/2011 e 07/01/2012 a 15/01/2012), o Excelentíssimo Desembargador Corregedor apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) **rito sumaríssimo:** 5 (cinco) dias (17/01/2012);
- b) **rito ordinário:** 6 (seis) dias (18/01/2012);
- c) **instrução:** 12 (doze) dias (24/01/2012).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 22/11/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 13 (treze) dias;
- b) **rito ordinário:** 17 (dezesete) dias;
- c) **instrução:** 77 (setenta e sete) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

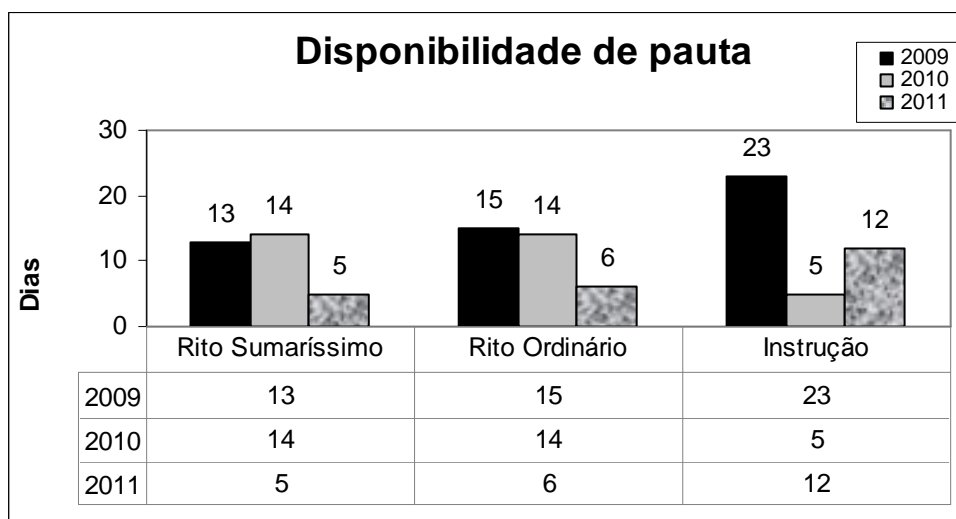
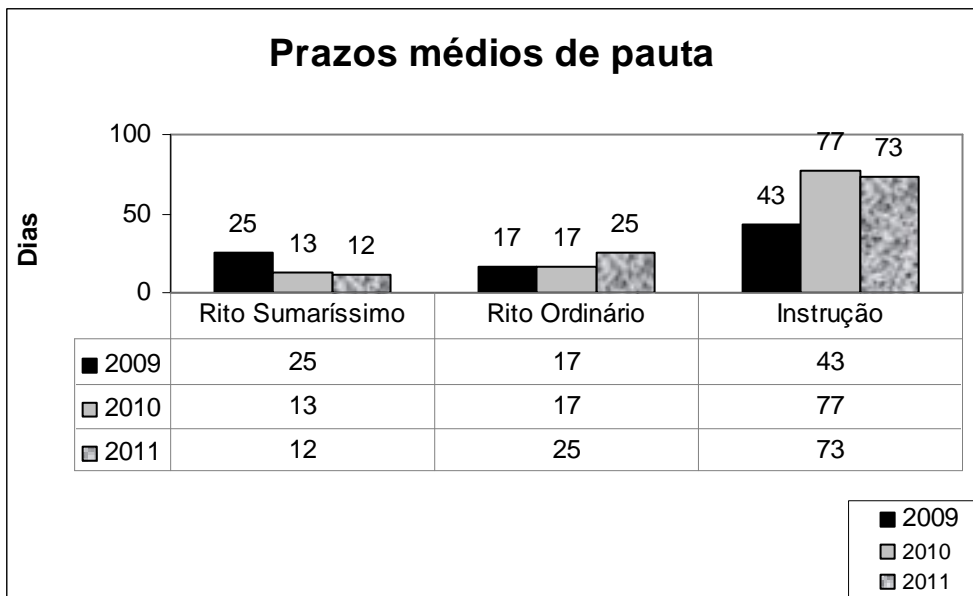
- a) **rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) **rito ordinário:** 14 (quatorze) dias;
- c) **instrução:** 5 (cinco) dias.

CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada em 28/10/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) **rito sumaríssimo:** 25 (vinte e cinco) dias;
- b) **rito ordinário:** 17 (dezesete) dias;
- c) **instrução:** 43 (quarenta e três) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) **rito sumaríssimo:** 13 (treze) dias;
- b) **rito ordinário:** 15 (quinze) dias;
- c) **instrução:** 23 (vinte e três) dias.



No ano de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 571 (quinhentas e setenta e uma), média de 2,55 (duas vírgula cinquenta e cinco) por dia;
- b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 163 (cento e sessenta e três), média de 0,73 (zero vírgula setenta e três) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 145 (cento e quarenta e cinco), média de 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco) por dia;
- d) total:** 879 (oitocentos e setenta e nove) processos conclusos para decisão no período,

média total de 3,93 (três vírgula noventa e três) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	571	2,55
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	163	0,73
Decisões na fase de execução	145	0,65
Total	879	3,93

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em novembro de 2011, com 19 (dezenove) dias úteis, realizou:

- a) **audiências de rito sumaríssimo:** 27 (vinte e sete), média de 1,42 (uma vírgula quarenta e duas) por dia;
- b) **audiências de procedimento comum:** 62 (sessenta e duas), média de 3,26 (três vírgula vinte e seis) por dia;
- c) **audiências de instrução:** 52 (cinquenta e duas), média de 2,74 (duas vírgula setenta e quatro) por dia;
- d) **audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 34 (trinta e quatro), média de 1,79 (uma vírgula setenta e nove) por dia;
- e) **total de audiências:** 175 (cento e setenta e cinco), média de 9,21 (nove vírgula vinte e uma) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Rito sumaríssimo	27	1,42
Procedimento comum	62	3,26
Instrução	52	2,74
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	34	1,79
Total	175	9,21

No mês de novembro de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 46 (quarenta e seis) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 17 (dezessete) sentenças decorrentes da interposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 31 (trinta e um) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas em 3 (três) dias de cada semana, geralmente às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 10h00min. O intervalo entre as audiências é de 10 (dez) minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 (cinco) minutos para as de rito ordinário e de 15 (quinze) minutos para as instruções.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 700 (setecentos) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Não há auxílio fixo nesta Vara.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor que, em sendo designado o auxílio fixo para esta Vara, que se observe o disposto no artigo 118-B da Consolidação Geral dos Provedimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, introduzido pelo Provedimento 01/2010.

5. PRODUÇÃO – Do total de 1368 (mil trezentos e sessenta e oito) processos para solução em 2010, 1074 (mil e setenta e quatro) foram recebidos no ano de 2010, 274 (duzentos e setenta e quatro) são processos remanescentes de 2009 e 20 (vinte) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 4,79 (quatro vírgula setenta e nove). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 1242 (mil duzentos e quarenta e dois) processos, dos quais 446 (quatrocentos e quarenta e seis) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 90,79% (noventa vírgula setenta e nove por cento).

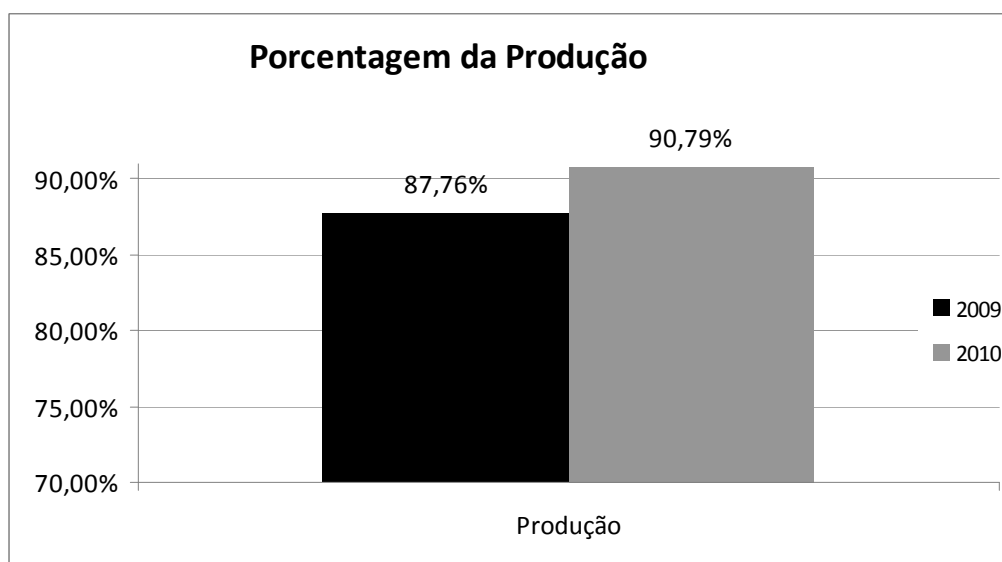
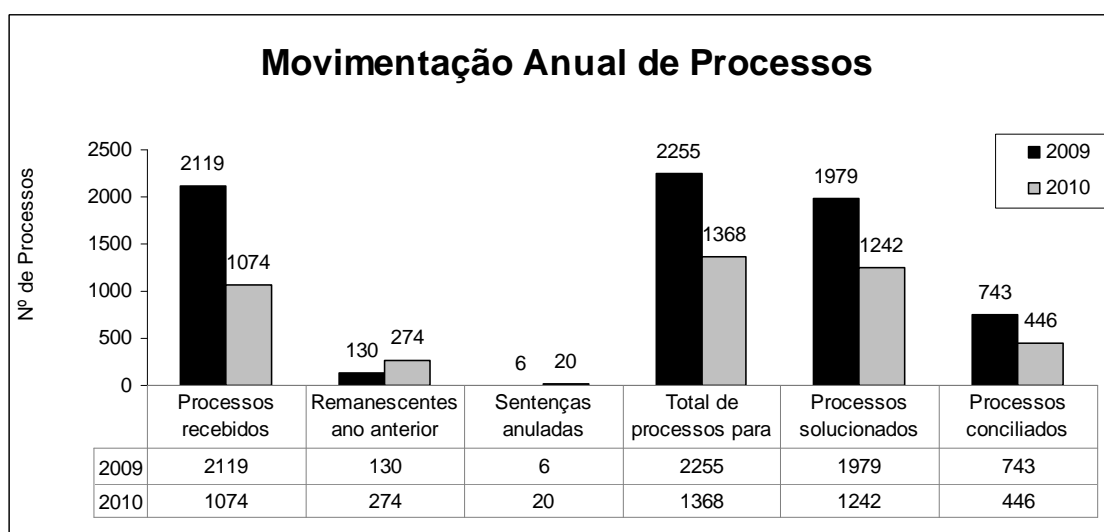
Do total de 2255 (dois mil e duzentos e cinquenta e cinco) processos para solução em 2009, 2119 (dois mil cento e dezenove) foram recebidos no ano de 2009, 130 (cento e trinta) são processos remanescentes de 2008 e 6 (seis) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 1979 (mil novecentos e setenta e nove) processos, dos quais 743 (setecentos e quarenta e três) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 87,76% (oitenta e sete vírgula setenta e seis por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 49,32% (quarenta e nove vírgula trinta e dois por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve um aumento de 3,03% (três vírgula zero três por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010

Processos recebidos	2119	1074
Processos remanescentes do ano anterior	130	274
Sentenças anuladas	6	20
Total de processos para solução	2255	1368
Processos solucionados	1979	1242
Processos conciliados	743	446
Produção	87,76%	90,79%



6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho,

exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$645.692,40	R\$341.856,04

Nas Varas do Trabalho de semelhante movimentação processual, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$729.314,00 e do Imposto de Renda em R\$380.414,06. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se a Sra. Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias 01/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 01/2008, que trata das intimações via postal; 02/2009, que regulamenta a intimação dos procuradores através do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; 03/2009 e 02/2010, autorizam servidores a assinarem as guias de levantamento de depósitos judiciais.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, nesta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Dra. Denise da Fonseca dos Santos – OAB/MG 108.835	Excelente qualidade
Dr. Francisco Bartholomeu Neto – OAB/MG 100.480	Excelente qualidade
Sr. Cláudio de Souza Teixeira – CI M-4376236	Excelente qualidade
Dr. Tadeu Pinto Veloso – OAB/MGE 30.952	Excelente qualidade
Sr. Carlos Roberto Lourenço – CI MG-4686779	Excelente qualidade

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor constatou, dentre outros aspectos, a excelente qualidade no atendimento às partes e aos advogados e a boa organização da Secretaria. Foram examinados 80 (oitenta) autos de processos, sendo que em 21 (vinte e um) foi encontrado excesso de prazo. Os prazos processuais, principalmente com relação ao impulso oficial, devem ser melhor observados.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido entre 1001 (mil e um) e 1500 (mil e quinhentos) processos, a presente Vara deve contar com 12 (doze) servidores, estando nesta data com o seu quadro de servidores completo.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Corregedor que seja(m):

a) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338/2011;

b) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

c) observado o disposto no Ato GCGJT 017/2011, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 12/09/2011, p. 1/2, do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, baseado na decisão do Conselho Nacional de Justiça (Consulta 0000534-85.2011.2.00.0000), “na qual fora assentada a orientação, para os fins da Meta 3 do CNJ, de 2010, de que a expedição de certidão de crédito trabalhista não autoriza a baixa definitiva do processo executivo, por não se encontrar exaurida a prestação jurisdicional”;

d) informado ao INSS, através do e-mail pfmg.regressivas@agu.gov.br, a respeito de ações trabalhistas que versem sobre acidentes de trabalho, após a decisão sobre a culpa do empregador em 1ª e 2ª instâncias, independente do trânsito em julgado, permitindo que mencionado órgão adiante as providências necessárias para o ajuizamento de ações regressivas contra os responsáveis, na forma prevista no artigo 120 da Lei 8.213/91;

e) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de

agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

f) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

g) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

h) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

i) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

j) realizado, pela Secretaria, um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério daquela autoridade;

k) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

l) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC.

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Corregedor verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

a) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

b) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e despachos de documentos, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC.

O Desembargador Corregedor reitera a observância das recomendações acima elencadas.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Corregedor, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região tudo faça para cumpri-las integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente em face de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações justralhistas.

Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com êxito, o Desembargador Corregedor recomenda que a MM. Juíza confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O

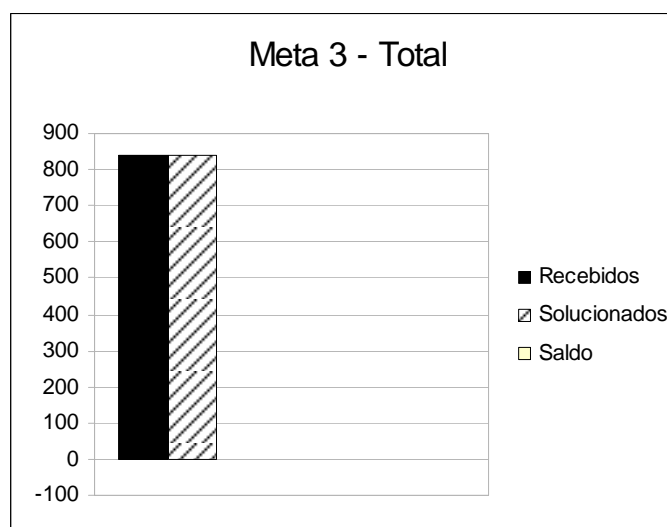
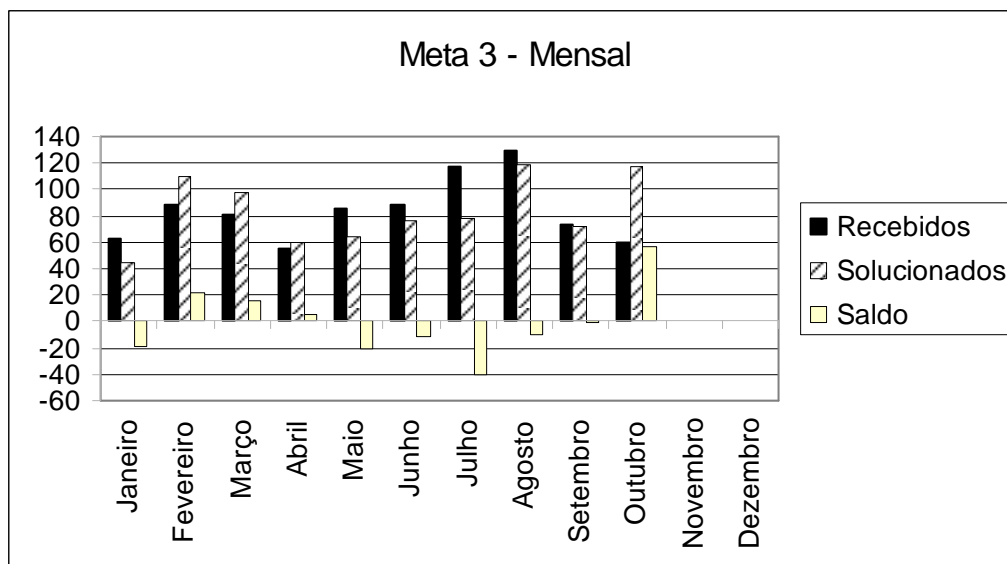
Desembargador Corregedor salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.

Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Corregedor os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária 3 do CNJ:

META 3 – CNJ

Vara do Trabalho de Ponte Nova *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Saldo
Janeiro	63	44	-19
Fevereiro	88	110	22
Março	81	97	16
Abril	55	60	5
Maio	85	64	-21
Junho	88	77	-11
Julho	118	78	-40
Agosto	129	119	-10
Setembro	73	72	-1
Outubro	60	117	57
Total	840	838	-2

* Dados conforme tabela estatística de “movimento processual das Varas do Trabalho” disponível no sítio do TRT 3ª Região



No tocante às Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque perene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Corregedor a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Atendendo, também, à determinação do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT/3ª Região, o Desembargador Corregedor, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Colepccor, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Corregedor que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de 2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Corregedor estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 17h30min, do dia vinte e um de dezembro de 2011, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Luigi Adriano Pereira de Souza.

Luiz Otávio Linhares Renault
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

Ângela Castilho Rogedo Ribeiro
Juíza do Trabalho Titular

Ana Carolina Simões Silveira
Juíza do Trabalho Substituta

Aparecida de Cássia Soares Gomes
Diretora de Secretaria

Ana Lúcia Rodrigues

Cristina Maria Rocha Gonçalves

Franciara Moreira Pinheiro

José Rodrigues Ferreira

Joseana Pimentel Netto da Cunha

Késsia Leles de Rezende

Luciana Drumond Larica

Marcelo Resende Guimarães

Mariza Aparecida de Carvalho

Ricardo Luís Oliveira Tupy

Rose Graciano da Silva Storch